

## **Economia Política no México: o debate econômico e as eleições de 2006**

Toda reconstrução histórica é um pouco arbitrária e imprecisa. Mas feita esta ressalva, se pode afirmar que o “desenvolvimentismo” latino-americano nasceu no México, durante o governo do presidente Lázaro Cárdenas, na década de 1930. Cárdenas foi nacionalista e seu governo fez uma reforma agrária radical; estatizou a produção do petróleo; criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina; investiu na construção de infra-estrutura; praticou políticas de industrialização e proteção do mercado interno; criou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e antiimperialista.

José Luís Fiori

### **Introdução**

O México, olhado de certa distância, transmite a impressão de absolutamente decidido e bem sucedido em sua agenda econômica: conquistou o grau de investimento das agências classificadoras de risco e, por isso, paga sobretaxas muito baixas em relação às taxas pagas pelos países desenvolvidos, tem políticas fiscal e monetária em perfeita sintonia com o que é recomendado pelos organismos internacionais e pelo pensamento econômico dominante, abriu agressivamente sua economia e firmou o amplo Tratado de Livre Comércio da América no Norte com os EUA e o Canadá, a inflação fechou 2005 em 3,33% e a taxa de juros básica (8,25% a.a.), também no final de 2005, era quase a metade da taxa brasileira.

Chegando um pouco mais perto, no calor de um processo eleitoral para a Presidência da República, nota-se que há muitas questões que demandam atenção: a emigração ilegal para os EUA vem aumentando e se disseminando entre pessoas de todas as regiões do país, a população está muito atemorizada com a violência do crime organizado e do narcotráfico, o país vem se desindustrializando, as exportações não conseguem cumprir o papel de motor do crescimento, a arrecadação fiscal é extremamente baixa e volátil, esta última característica advinda da alta dependência do petróleo, e, por fim, vem aumentando a desigualdade e a pobreza, que se concentra no Sudeste, carente por todos os ângulos que se possa olhar.

Como agravante, o processo eleitoral mostrou que os eleitores, que somam 42 milhões de pessoas, estão divididos entre o Partido Acción Nacional (PAN), que representa a manutenção das políticas atuais e obteve 35,9% dos votos, e a coalizão Por el Bien de Todos, que inclui o Partido de la Revolución Democrática (PRD), que é considerada de esquerda e alcançou 35,3% dos votos. Essa diferença, de menos de 250.000 votos, motivou o PRD a pedir uma recontagem total dos votos por suspeita de fraude e levou, em 30/07/2006, às ruas da Cidade do México, cerca de dois milhões de pessoas para uma "assembléia informativa", que pareceu visar a pressão sobre o Tribunal e a continuidade da mobilização de seus eleitores. O Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal terminou por considerar válida a eleição.

Dentro desse contexto, esse trabalho busca, principalmente, encontrar exemplos das distintas linhas de pensamento econômico na discussão que ocorria entre os economistas mexicanos. Para isso, julgou-se necessário alinhar os principais aspectos da história econômica recente do País, que compõe a primeira parte do trabalho. A parte dois é dedicada ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte, por sua extrema relevância na economia mexicana. O pensamento de economistas dos campos ortodoxo, keynesiano e socialista, sobre o momento atual do país e os caminhos que deveria seguir, forma a terceira parte do trabalho. Abre-se espaço, junto aos ortodoxos, para alguns comentários de Felipe Calderón, então candidato pelo PAN e, junto aos socialistas, para economistas de López Obrador, então candidato pelo PRD. A quarta parte contém um breve fechamento.

### **Um pouco da história econômica mexicana**

O México foi, tradicionalmente, uma economia das mais fechadas e com maior intervenção estatal da América Latina. Clavijo e Valdivieso (2000, p.13) levantam a hipótese de que talvez por essa razão é que as reformas, para reduzir o intervencionismo e implementar mecanismos de mercado, tenham sido tão "dolorosas":

A característica principal da economia mexicana durante o período de substituição de importações foi a confluência do manejo dos diferentes instrumentos voltados para um objetivo central: o crescimento econômico. Com uma economia fechada e em um contexto internacional estável caracterizado por um alto crescimento do comércio internacional, baixa inflação e escassa mobilidade de capitais, os graus de liberdade para o manejo das políticas macro e outros instrumentos (controles quantitativos, políticas regionais,

subsídios, política comercial, etc.) eram suficientemente amplos (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.14).

Desenvolvimento estabilizador é o nome dado no México ao período de 1950 a 1970, quando o PIB cresceu surpreendentes 6,6% ao ano e a média da inflação ficou abaixo de 4,5%. Mesmo com os grandes investimentos em infraestrutura e a preponderante presença do Estado na produção, o país conseguiu manter uma rígida disciplina fiscal e monetária (ASPE, 1993, p. 20-21).

Nos anos 1970 o quadro externo mudou com os choques do petróleo, inflação e taxas de juros mais altas. Do lado interno, esgotava-se a etapa de substituição mais "fácil" de importações e os graus de liberdade diminuía. Todas as contradições, os conflitos e os custos do modelo pareciam ter ficado mais visíveis ou maiores. Mesmo com as receitas do petróleo na segunda metade dos anos 1970, quando a arrecadação do governo subiu de 10% para 15% do PIB, o desequilíbrio fiscal era crescente. A emissão de base monetária para financiar o Estado era inflacionária e o crédito do sistema financeiro limitava-se ao setor público. Os preços e as tarifas do setor público eram subsídios ao investimento, à produção e ao consumo de produtos básicos (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.14-16).

Aspe (1993, p. 22) é de opinião que o setor privado mostrava um certo desinteresse por novos investimentos já que tinha conquistado alguns monopólios protegidos. Assim, nos anos 1970, apresentavam-se duas opções: buscar tornar-se uma economia voltada para as exportações, a exemplo da Coreia em 1965, ou continuar substituindo o investimento privado pelo investimento público. A alternativa adotada pelo México foi a segunda. Ele entende que o país conseguiu continuar se endividando porque a descoberta de grandes reservas de petróleo criava essa possibilidade junto aos credores e esses recursos davam ao governo a impressão de que a economia mexicana poderia prescindir de um ajuste estrutural e continuar crescendo em ritmo ainda superior ao que vinha crescendo. A inflação começou a subir já em 1972, assim como o déficit público, e, em 1976, ocorreu a primeira crise financeira grave em 36 anos e o peso foi desvalorizado pela primeira vez em 22 anos.

Até meados dos anos 1970 vivia-se sob Bretton Woods, ou seja, a taxa de câmbio era fixa e qualquer modificação precisava da permissão do FMI. Em 1976 o México flutuou o câmbio, que se desvalorizou em quase 60%, e fixou-o novamente após a desvalorização. A inflação em 1973 foi de 7,5% enquanto que em 1981 já chegava a 28% (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.18).

Em resumo, o México cresceu a altas taxas e com inflação baixa durante 40 anos, com o modelo de Industrialização por Substituição de Importações e esse modelo, segundo Hernández (2003; p. 148), no início dos anos 1970 começou a apresentar sinais de esgotamento, com a redução da taxa de investimento privada. O governo federal passou a endividar-se, principalmente com o exterior, para assumir para si a tarefa de investir e manter o crescimento. O déficit financeiro do setor público saiu de 2,5% do PIB em 1971, para 9,6% em 1976 e para 16% em 1982, sendo 8% o déficit primário em 1982.

"O presidente do Citigroup, em 1979, disse que o sentido de se emprestar para países é que estes nunca quebravam", afirma Hernández (2003, p. 12-13). Em 1982<sup>1</sup>, o México ficou insolvente e provocou a mais generalizada crise, até então, desde a Grande Depressão de 1929.

O México investiu pesadamente nos anos 1970 na extração de petróleo. Isso fez com que a dívida externa mexicana saísse de 17% do PIB em 1975 para 62% do PIB em 1982. Havia a crença de que os investimentos eram seguros pois estavam alocados em poços de petróleo, entretanto, seus preços caíram no início dos anos 1980. No quadro internacional via-se uma desaceleração do crescimento dos países desenvolvidos, altas taxas de juros e a deterioração dos preços das mercadorias primárias, entre elas o petróleo (HERNÁNDEZ, 2003, p. 117).

"Para o México, a crise de 1982 foi a pior desde a Grande Depressão". Desta forma Aspe (1993, p. 22) caracteriza a crise, que teve como determinantes os desequilíbrios nas finanças públicas e nos saldos em contas correntes, a deterioração dos termos de troca e a suspensão dos fluxos de capital externo. A partir de então a economia mexicana entraria num período de altos índices de inflação e estagnação econômica<sup>2</sup>. O presidente Miguel de la Madrid (1982-1988) implantou o Programa Imediato de Reordenação Econômica (PIRE)<sup>3</sup> em 1983 que cortava os gastos públicos e reajustava os preços administrados pelo setor público.

O período de 1982 até 1987 foi caracterizado pela aplicação de um programa ortodoxo de estabilização que teve altos custos para o emprego, para os salários e para o crescimento. O aperto monetário foi extremamente forte, o país passou a gerar 6 % do

---

<sup>1</sup> Em agosto de 1982 o México declarou a interrupção temporária do pagamento do serviço da dívida externa por não conseguir novos empréstimos ao país (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 57).

<sup>2</sup> O PIB real de 1981 só foi superado, em definitivo, em 1988 (INEGI).

<sup>3</sup> A taxa de câmbio foi desvalorizada em 90% e adotou-se o regime de minidesvalorizações diárias. O FMI emprestou 3,7 bilhões de dólares e a dívida com os bancos privados foi renegociada (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 142)

PIB de superávit comercial e o déficit público primário de 8% transformou-se em superávit de 4 % do PIB (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.55).

As primeiras medidas de abertura do comércio foram tomadas em 1983, quando foram reduzidos o nível e a dispersão das tarifas de importação. Em 1984 a necessidade de permissão para importar diminuiu para somente 17% dos produtos. A percepção era que a liberalização das importações era necessária para que a inflação caísse. Contudo a liberalização do comércio exterior e a desregulação e liberalização financeira interna e externa se contrapunham com o objetivo de se alcançar rapidamente a estabilização macroeconômica e esta é a razão das enormes dificuldades para estabilizar a economia mexicana, conforme a opinião de Clavijo e Valdivieso (2000. p. 19-20)

O quadro mexicano foi agravado por uma taxa de câmbio sobrevalorizada, que provocou uma forte fuga de capitais. O mercado de crédito para o México paralisou, mas a ameaça de inadimplência uniu os credores no refinanciamento com cláusulas que condicionavam ao comprometimento de que o país ia se ajustar. Quando o México e a maioria dos países começava se ajustar, obtendo superávits nas contas correntes, ocorreram: o terremoto na Cidade do México no final de 1985, novas quedas no preço do petróleo<sup>4</sup> e o retorno da insegurança pela instalação , no Brasil e na Argentina, de governos civis. Esses fatores afastaram definitivamente os empréstimos voluntários ao México (HERNÁNDEZ, 2003, p. 120-123).

O país conviveu com recessão e altos índices de inflação entre 1982 e 1988 (o PIB real de 1987 foi menor do que o PIB de 1981). A credibilidade das políticas estabilizadoras do governo era muito baixa, obrigando-o a pagar taxas muito altas de juros. Em 1987, um plano de cunho heterodoxo, o Pacto de Solidariedade Econômica, permitiu melhorar as expectativas, buscou-se corrigir o déficit público e atacar a transferência excessiva de recursos para o exterior (HERNÁNDEZ, 2003, p. 143).

Os planos heterodoxos na Argentina e no Brasil começavam a dar errado quando o México discutia seu caminho para a estabilização. Aspe (1993, p. 27-28) ressalta que os planos davam errado por excesso de demanda, por colidirem com a restrição externa, por descontroles fiscais, por desajuste de preços relativos ou por não conseguirem romper a inércia inflacionária. Ele afirma que De la Madrid já havia feito um forte ajuste fiscal entre 1983 e 1987.

O Pacto de Solidariedade Econômica, no final de 1987, continha um congelamento de preços, salários e taxa de câmbio acordado entre trabalhadores,

---

<sup>4</sup> Em 1986 o choque nos preços do petróleo, que caiu em torno de 50%, teve um efeito de 6% no PIB mexicano (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 59)

empresários e governo. A tarifa máxima de importação foi estabelecida em 20 % e a média pouco acima de 10% . Prevalencia nesse momento o conceito de que o combate ortodoxo à inflação era custoso e tinha resultados duvidosos por conta do componente inercial da inflação. O diferencial mexicano foi o pacto para manutenção dos preços e abertura comercial (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000 p. 22 e 59-60).

No final de 1988, o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994) iniciou um novo plano chamado de Plano para a Estabilidade e Crescimento Econômico, que acelerou a abertura do México ao exterior. A divulgação do Plano Nacional de Desenvolvimento 1989-1994, que redefiniu o papel do Estado e introduziu uma reforma tributária, colocou um ponto final no modelo de substituição de importações. Entre 1989 e 1993 foram privatizadas mais de 1000 das 1155 empresas que em 1983 eram administradas pelo Estado (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.23-36-42).

Esse importante programa de estabilização foi acompanhado por um conjunto de mudanças estruturais, destacando-se a reestruturação do setor financeiro e seu programa de liberalização e desregulamentação. Neste contexto foram eliminados os limites para captação dos bancos e os controles das taxas de juros em 1988, foram liberalizados os empréstimos ao setor privado, foi desenvolvido o mercado de dívida pública, em 1991 e 1992 foram reprivatizados os bancos<sup>5</sup> e o setor foi aberto ao exterior, e foi aprovada a lei de autonomia do Banco Central em 1994 (HERNÁNDEZ, 2003, p. 298).

Não pairam dúvidas de que estas medidas desenvolveram o setor financeiro, mas também foram criadas com elas as origens da crise que se iniciaria em 1994. O mercado de crédito, que era reprimido anteriormente, cresceu espantosamente<sup>6</sup> sem as precauções adequadas, muitos recursos ingressaram do exterior, já que o plano Brady colocou o país novamente na rota dos investimentos voluntários privados, e, ainda, houve incontáveis falhas de regulação e supervisão por parte das autoridades. (HERNÁNDEZ, 2003, p. 298-299; CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p.61-62).

Os pactos de estabilização com abertura comercial foram bem sucedidos pelo lado da inflação, que caiu de 114% em 1988 para 23% em 1991, mas foram problemáticos para o déficit em conta corrente que subiu de 1,3% para 4,7% do PIB nos mesmos anos. O balanço fiscal saiu de um déficit de quase 12% em 1988 para quase se estabilizar (-0,4% em 1991). Para Clavijo e Valdivieso (2000, p. 66) a "des-substituição" de importações, subjacente ao plano, teve um custo enorme para o tecido industrial interno.

---

<sup>5</sup> Os bancos tinham sido nacionalizados por José López Portillo (1976-1982) na crise de 1982.

<sup>6</sup> O crédito bancário ao setor privado que era 10% do PIB em 1988 sobe para 40% em 1994 (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 30).

No período entre 1991 e 1994 predominou a busca obsessiva por uma inflação de 1 dígito, por crescentes déficits comerciais provocados pela abertura e pelo câmbio valorizado. Compunham a cena: o otimismo nos mercados financeiros gerado pela expectativa de assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e pela aprovação da autonomia do Banco Central e, ainda, uma política monetária que não se revelou suficientemente restritiva. Os prêmios de risco embutidos na enorme oferta de recursos ao México não refletiam o caráter explosivo de seus déficits comerciais (CLAVIJO e VALDIVIESO, p. 67-71).

Um novo tipo de crise de balanço de pagamentos se estabeleceu no México em 1995: os investidores estrangeiros tinham ativos líquidos e as reservas do Banco Central tinham de fazer frente às saídas, tornando o Banco Central refém dos ataques. As origens da crise são diversas: 1) o câmbio estava sobrevalorizado e os déficits em conta corrente eram insustentáveis; 2) não havia expectativa de que o governo conseguisse manter a taxa de câmbio dentro da banda estabelecida; 3) a insegurança aumentou muito com o início do levante de Chiapas, assassinatos políticos e as eleições presidenciais e 4) as taxas de juros americanas estavam em alta (HERNÁNDEZ, 2003, p. 300-302).

"Em 1 de janeiro de 1994 Chiapas surpreendeu o México e o mundo". O conflito armado mostrou uma região, não somente o estado de Chiapas mas todo o Sudeste<sup>7</sup>, rica em petróleo e outros recursos naturais e, ao mesmo tempo, muito atrasada em relação ao resto do país. A região representa pouco menos de um quarto tanto da população quanto do território mexicano e produz 14 % do PIB mexicano. No Sudeste 2,7% da população (7% em Chiapas) não falam espanhol e os analfabetos entre os 6 e os 15 anos de idade representam 21% (DÁVILA, KESSEL e LEVY, 2000, p. 512-519 e 546).

Ffrench-Davis(1997, p. 28-31) entende que a crise mexicana de 1994 é um exemplo marcante dos efeitos perversos que a absorção interna<sup>8</sup> de grandes volumes de empréstimos externos voláteis e por períodos prolongados pode ocasionar. O déficit mexicano saiu de 7 bilhões de dólares em 1990 para 29 bilhões (8% do PIB) em 1994. Esse déficit foi financiado por passivos que podiam querer sair do país a qualquer tempo, o que por fim levou aos sucessivos ataques ao peso durante 1994. O Banco do México vendia dólares e sua cotação se mantinha no teto da banda cambial. No final de dezembro as autoridades mexicanas concluíram que não era mais possível sustentar a banda e deixaram a taxa flutuar: sua desvalorização foi próxima de 50%.

---

<sup>7</sup> O Sudeste é composto pelos estados de Chiapas, Oaxaca, Guerrero, Veracruz, Tabasco, Campeche, Yucatán e Quintana Roo para efeitos do estudo de Dávila, Kessel e Levy (2000, p. 512).

<sup>8</sup> A taxa de câmbio, que estava perto de 30 % mais baixa do que a média de 1987-1991, concorria fortemente para esse nível de absorção (FFRENCH-DAVIS, 1997, p. 32)

Em 1995 o PIB caiu 6,6%, o desemprego dobrou, o investimento caiu perto de 30% e o setor financeiro sofreu uma crise de inadimplência que precisou de um resgate de custo altíssimo<sup>9</sup> do governo mexicano.

A partir de 1995 o México recuperou a capacidade de executar política monetária porque adotou a flutuação suja do câmbio. O Banco Central passou a trabalhar com metas para a base monetária, o que reduziu o multiplicador e mostrou que os bancos estavam superdimensionados, já que cerca de 35% dos créditos bancários viraram carteira do Fobaproa (Fondo Bancario de Protección al Ahorro). A inflação caiu rapidamente de 52% em 1995, para 28% em 1996 e para 16% em 1997, e a menor volatilidade dos juros externos facilitou a recomposição da economia. Nesse período as políticas monetária e fiscal foram restritivas e, depois de mais de 15 anos de taxa de câmbio fixa ou deslizante administrada, o país optou pela taxa flutuante (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 75).

A volta do país ao mercado financeiro internacional ocorreu muito rapidamente após a crise de 1995, o que permitiu pagar o resgate feito pelos EUA até 1998 com certa facilidade. Como o crédito bancário interno da economia mexicana é quase inexistente, a volta aos mercados internacionais teve um efeito importante pois os recursos captados no exterior constituem a "correia de transmissão" do ciclo econômico (CLAVIJO e VALDIVIESO, 2000, p. 77).

### **O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN)**

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) tinha como argumento principal propiciar a convergência econômica entre os três países, o que desmotivaria a emigração de mexicanos para os EUA, afirma Alba (2004. p.215-216). Discutia-se, à época, se a liberação da força de trabalho não deveria acompanhar, mas, no final, somente a corrente de comércio e os investimentos foram liberados. O problema da emigração é hoje aquele de mais difícil solução na relação dos dois países, complementa ele.

O fluxo de comércio exterior em relação ao PIB cresceu de 22% em 1993 para 53% em 2002, alcançando um volume de 350 bilhões de dólares. O crescimento nominal do comércio foi de 15% ao ano entre 1994 e 2001. Para Alba (2004. p.217-218)., estes números são forte indicação de que a liberação do comércio tem sido um

---

<sup>9</sup> Ffrench-Davis (1997, p. 32) afirma que a Cepal estima o custo fiscal do resgate em 5% do PIB, entretanto Clavijo e Valdivieso (2000, p. 75) estimam em 20% do PIB.



fator importante para o crescimento mexicano. Em termos de convergência, Alba (2004, p. 219-221-223) não percebe que o TLCAN tenha contribuído. O produto per capita mexicano, medido em dólares correntes, correspondia a 16% do produto americano em 1993 e, em 2000, essa relação equivalia a 17%.

No modelo mexicano até os anos 1980, o crescimento era estruturalmente dependente do ingresso de divisas que se dava pelo endividamento do setor público. A solução para essa dependência deveria passar pela liberalização do comércio que se iniciou por decisão unilateral do México em 1985. Se por um lado as exportações duplicaram entre 1987 e 1993, as importações quadruplicaram, afirmam Luna e González (2004, p. 21-24). Dessa forma, afirmam eles, "por paradoxal que pareça, não havia razão para se esperar que as conseqüências estritamente comerciais do TLCAN fossem consideráveis de imediato". A liberação unilateral já tinha, de fato, exposto a maior parte do mercado e a corrente de comércio, em 1990, com os EUA já atingia 74% das exportações e 68% das importações mexicanas. Luna e González (2004, p. 40) percebem duas regularidades: em primeiro lugar que os ciclos das duas economias convergem e, em segundo, que a balança comercial mexicana é procíclica.

O estudo de Esquivel et al. (2002, p. 1) aponta que os efeitos do TLCAN e da liberalização do comércio em geral foram assimétricos na economia mexicana: os estados do centro e do norte do país experimentaram um crescimento maior do que os estados do sul. Eles afirmam que um dos determinantes desse viés é a infraestrutura, com destaque às telecomunicações, e que outro provavelmente é o nível educacional, já que Chiapas, Oaxaca e Guerrero têm o menor nível educacional do país. Eles suspeitam também que problemas institucionais e de instabilidade política também se constituem obstáculos ao desenvolvimento do sul.

Hanson (2005) dividiu os estados conforme a exposição deles ao comércio exterior, de forma que o centro e o norte são estados de alta exposição, o sul é de baixa exposição e os outros com exposição média são desprezados, para efeitos de seu estudo. Ele concluiu que os salários do sul tiveram uma queda entre 8 e 12 % relativa aos estados do centro e do norte, na década após a globalização dos anos 1990. Da mesma forma, a incidência de salários que não eram suficientes para manter uma família de quatro pessoas acima da linha de pobreza aumentou em 7% em relação aos estados de alta exposição ao comércio exterior.

Em outro estudo, Hanson (2003) analisou a literatura sobre o impacto da liberalização do comércio e dos investimentos no México para concluir que: 1) o nível geral de salários teve grandes perdas temporárias, especialmente com as contrações

macroeconômicas dos últimos 20 anos, 2) o nível dos salários na fronteira com os EUA subiram em relação ao resto do país e 3) o retorno das pessoas mais habilitadas, em forma de maiores salários, tem crescido, o que aumenta a desigualdade de salários no país.

Tornell, Westermann e Martinez (2004) ressaltam os benefícios da liberalização comercial, vistos pelo crescimento extraordinário das exportações e do Investimento Estrangeiro Direto, e propõem que a explicação para o fraco crescimento e para a queda no crescimento das exportações mexicanas desde 2001 não está na assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte e nem tampouco nas reformas implementadas. Sua hipótese é que a crise do crédito no México, após os eventos de 1995, teve uma profundidade maior e uma duração muito mais prolongada do que as crises semelhantes em outros países emergentes. A chave para se compreender o problema mexicano, segundo eles, é que as autoridades falharam em garantir o cumprimento dos contratos e em responder ao crescimento da inadimplência. Eles se baseiam na dependência que o setor exportador tem do setor de bens não comercializáveis com o exterior, para afirmar que, na medida que este estagnou por falta de crédito, foram criados gargalos que bloquearam o crescimento como um todo, prejudicando o setor exportador.

Já na abertura dos anos 1980 produziu-se um aumento nas desigualdades econômicas e dos rendimentos da escolaridade, afirma Zamudio (2004, p. 189-192). As explicações dadas por outros autores contemplam o debilitamento dos sindicatos, a criação de cargos médios e altos pelas privatizações, pela necessidade de pessoal mais qualificado para aplicar tecnologias mais avançadas e ainda o aumento da competição nos ramos anteriormente protegidos. Para Zamudio (2004, p. 209), a abertura comercial dos anos 1980 aumentou a concorrência com países de maior abundância de trabalho não qualificado e é desse aumento que deriva o incremento na dispersão da distribuição da renda e dos rendimentos da escolaridade.

O TLCAN tem ampliado a distância entre o desenvolvimento industrial do Norte e o Sudeste restrito a atividades primárias. A região perdeu praticamente 1% do PIB nos primeiros 5 anos de TLCAN<sup>10</sup>. A tese central de Dávila, Kessel e Levy (2000, p. 514) é que intervenções do governo centrais têm, há tempos, prejudicado e diminuído as vantagens comparativas que poderiam ter ajudado seu desenvolvimento. Ao cobrar o mesmo preço, em todo território nacional, pelos derivados de petróleo e subsidiar o

---

<sup>10</sup> A participação do Sudeste no PIB foi de 14,9% em 1993 e 14% em 1998 (DÁVILA, KESSEL e LEVY, 2000, p. 546).

bombeamento de água para a agricultura do centro e do norte do país, sobraram para Chiapas e os outros estados que compõem o Sudeste somente as desvantagens, entre elas de ser longe da fronteira com os EUA e dos centros consumidores mexicanos.

## **Linhas de pensamento econômico**

### **O pensamento ortodoxo**

O *Estudio Económico México 2005* (OCDE, 2005) acreditava que o êxito na administração das políticas fiscal e monetária no México, já estava sendo sentido nas expectativas positivas quanto à estabilidade e abria espaço para que as autoridades passassem a se concentrar nos objetivos de mais longo prazo. Ao mesmo tempo, apontava a necessidade de diversas medidas em várias áreas para que esses objetivos fossem alcançados. Para haver a convergência com os níveis médios de renda per capita dos países da OCDE<sup>11</sup>, o México precisa crescer aceleradamente durante muito anos (OCDE,2005).

As receitas tributárias no México são baixas em porcentagem do PIB relativamente a outros países e voláteis, já que tem estreita relação com o preço internacional do petróleo. Aproximadamente um terço das receitas advém do petróleo, nesse sentido é consenso que uma melhoria na qualidade de vida da população mexicana depende de uma reforma tributária (OCDE, 2005). Outras áreas que necessitam de avanços são a educação, o mercado de trabalho, o setor elétrico, segmentos das telecomunicações e o ambiente de negócios.

O número de anos que as crianças mexicanas ficam na escola é baixo, assim como seu aproveitamento. Para que o México consiga fazer crescer seu nível de desenvolvimento humano, o mais baixo dentre os países da OCDE, o desempenho do sistema educativo tem que melhorar significativamente. No entender do estudo da OCDE (2005) o gasto em salários dos professores é considerado alto, enquanto que o gasto em infraestrutura e material de ensino é muito baixo. Afirmar, ainda que as mudanças na educação provavelmente contrariariam os interesses dos professores, que "reunidos em poderoso sindicato" precisariam assumir sua parte na responsabilidade pelo nível da educação no país.

---

<sup>11</sup> O pensamento subjacente ao estudo da OCDE é utilizado por considerá-lo representativo do pensamento ortodoxo mexicano.

A reforma do mercado trabalho também é vista como imprescindível. A legislação vigente é considerada muito rígida e não favorece a criação de empregos formais. Coexistem um grande setor informal, tolerado pelas autoridades, com proteção social rudimentar e que não paga impostos, com um setor formal, para aqueles de maior qualificação, com uma legislação muito rigorosa. Consideram que parte da solução reside em forçar o pagamento de impostos, mas que a flexibilização é mais importante, para "aumentar a capacidade de adaptação da força de trabalho e reduzir os obstáculos à criação de empregos no setor formal" (OCDE, 2005). A proposta enviada ao Congresso em 2002 foi retirada da agenda política em 2005.

Cruz, Contreras e Valles (2000, p. 49-51) consideram que a Lei Federal do Trabalho confere uma rigidez ao mercado de trabalho, que torna pouco eficiente o uso dos recursos humanos mexicanos. Acrescentam que o excessivo poder dos sindicatos pode se tornar muito prejudicial ao investimento estrangeiro e à competitividade da indústria e que a experiência internacional mostra que um mercado de trabalho mais flexível tende a apresentar menor desemprego. A flexibilização reduziria o emprego informal que, afirmam, representava 23 % do total do emprego em 1997. Os mesmos autores recomendam a eliminação do salário mínimo e a permissão para se fazer o pagamento por hora, além da diminuição dos custos das indenizações e das dificuldades para se demitir os trabalhadores.

A produtividade do trabalhador mexicano é um terço da média da OCDE. Assim, um avanço na qualidade do insumo trabalho, uma melhoria na dotação de capital físico, unidos a uma tecnologia mais avançada e uma melhor combinação na interação dos insumos constitui um arranjo essencial para a geração de maior produto potencial (OCDE, 2005).

A legislação vigente no México não permite inversões privadas no setor elétrico, o que é visto, pelos ortodoxos, como um entrave ao crescimento econômico por que torna, em sua opinião, a energia cara e com baixa disponibilidade. Da mesma forma, julgam que a concorrência na área de telecomunicações ainda é deficiente pois falta regulamentar o setor e, dessa forma, permitir que outras empresas entrem no mercado.

O ambiente de negócios e os investimentos são dificultados por um número grande de trâmites burocráticos, por uma legislação trabalhista muito rigorosa na proteção ao emprego formal, por deficiências no estado de direito e pela ineficácia dos processos judiciais. O sistema legal mexicano, também considerado, pela ortodoxia, como prejudicial ao desenvolvimento econômico do país, já que permite que se protele

por muito tempo o cumprimento da lei e que, em alguns casos, a justiça não seja feita por interferência de grupos de pressão ou mesmo por simples corrupção (OCDE, 2005).

Uma posição interessante é oferecida por Bazdresch e Mayer (2006, p. 40-41), para quem muitos estudos comprovam que a produtividade econômica é a principal responsável pela diferença de rendas entre os países e que qualquer estratégia de crescimento tem que passar pelo aumento de produtividade. Além disso, eles afirmam a abertura ao comércio internacional influencia fortemente a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento e que no período pós-guerra, praticamente todos os episódios de rápido crescimento tinham o comércio externo no papel central.

Bazdresch e Mayer (2006, p. 41) entendem que a industrialização por substituição de importações na América Latina gerou um forte crescimento que, sem uma adequada geração de capacidade tecnológica e de modo subsidiado, não conseguiu sobreviver sem um protecionismo crescente. Eles afirmam que não há casos de economias fechadas que tenham conseguido desenvolver "tecnologias rentáveis".

A promoção da industrialização foi efetiva pela substituição de importações no caso mexicano entre 1940 e 1980. No entanto, comprovou-se após esse período que não se desenvolveu a capacidade de gerar tecnologia e, acreditam Bazdresch e Mayer (2006, p. 42), que os casos mais exitosos unem abertura comercial e desenvolvimento tecnológico.

Bazdresch e Mayer (2006, p. 47-48) julgam que toda estratégia de crescimento, além de buscar o aumento de produtividade e a abertura comercial, tem de incluir a promoção do desenvolvimento humano, a participação do Estado em promover, regular e complementar as instituições de mercado e, ainda, dotar a economia de infraestrutura, de bens públicos e de estabilidade macroeconômica. Segundo eles, o crescimento não ocorre como o esperado na América Latina por deficiências em pesquisa e desenvolvimento, em investimento em infraestrutura e em desenvolvimento humano.

Clavijo e Valdivieso (2000, p. 87-88) são de opinião que as reformas de segunda geração requerem prudência, que faltou às da primeira geração, e devem incluir: 1) uma maior desregulamentação, 2) uma nova rodada de privatizações, 3) uma reforma na seguridade ou na ação social do governo, sobretudo na educação e na saúde, 4) uma reforma financeira para criar um mercado de capitais e tornar o sistema bancário mais eficiente, 5) uma profunda reforma fiscal<sup>12</sup> que continua pendente, 6) participação dos estados e municípios e do setor privado nas reformas e 7) a revisão do marco legal e do

---

<sup>12</sup> Em 2000 cerca de um terço da arrecadação federal provinha de rendas do petróleo.

cumprimento das leis. Para eles o estado de direito é um tema ainda pendente nos países emergentes que iniciaram as reformas nos anos 1980.

O México buscou uma convergência de alíquotas de impostos com aquelas de seus sócios comerciais. Mas, opinam Clavijo e Valdivieso (2000, p.90), "em um contexto de equilíbrio geral essa menor carga tributária deveria impulsionar novos projetos e melhorar a eficiência dos projetos já existentes, contudo o que se observa por ora é que essa menor capacidade fiscal afetou a qualidade da infraestrutura e, com isso, a produtividade da economia mexicana".

Ainda segundo Clavijo e Valdivieso (2000, p.85), deve-se considerar que o efeito multiplicador recessivo de um ajuste fiscal elevado e prolongado é muito maior do que supõem os modelos, Além disso, não se pode deixar de investir em infraestrutura por muito tempo sem provocar efeitos danosos na competitividade do país.

O pensamento de Aspe (2004) é que a perda de competitividade é o ponto focal para as seguintes reformas que se deve empreender: 1. Desregulamentar e modernizar a administração pública para reduzir os gastos das empresas com a burocracia, 2. Descentralizar não somente o gasto mas também a responsabilidade e a prestação de contas, 3. Reduzir do gasto corrente do governo, através da reforma trabalhista, para gastar menos com pensões e poder investir, 4. Reunir recursos adicionais para modernizar a infraestrutura sem violentar o equilíbrio fiscal, 5. Alinhar os preços de energia aos preços internacionais, 6. Criar programas que aumentem a produtividade agrícola, 7. Alcançar acordos de contenção dos salários e 8. Aprovar as reformas estruturais pendentes.

No documento intitulado O Desafio Mexicano, Felipe Calderón (2005), então candidato a presidente pelo Partido Acción Nacional (PAN), afirma que taxas de juros baixas, baixa inflação, estabilidade da taxa de câmbio, níveis de endividamento decrescentes e finanças públicas em ordem são condições necessárias para aumentar o investimento porém as instituições jogam um papel também muito importante. Para garantir a competitividade da economia mexicana deve-se mudar a regulação do mercado de trabalho e do setor de energia. O programa considera que o mercado de trabalho mexicano é rígido, entretanto somente propõe flexibilização nas jornadas de trabalho. Por outro lado, considera que a custo de eletricidade é alto e de baixa qualidade o que provoca uma desvantagem ao produto mexicano. O programa enfatiza que a riqueza de recursos não é suficiente para dotar o país de uma eficiente indústria de refinação. Seu programa contempla, assim, buscar investimentos privados

complementares a aqueles de Pemex para refino, gás natural e petroquímica, alterando o monopólio da empresa.

O combate à pirataria e o respeito à propriedade intelectual também ocupam posição destacada. Da mesma forma, deve-se continuar retirando obstáculos regulatórios injustificados que só restringem a atividade econômica, afirma Calderón (2005). Propõe simplificar o sistema tributário tornando o imposto de renda um imposto de alíquota única para qualquer nível de renda e, também, estender aos funcionários públicos o regime de contas individuais e contribuições definidas.

Calderón (2005) afirma que o Programa Oportunidades dava uma cobertura a 5 milhões de famílias em pobreza alimentar e de capacidades em 2004 e que sua meta é aprofundar esse programa social e aumentar sua cobertura.

### O pensamento socialista

A alocação de recursos pelos mercados em concorrência perfeita é muito eficiente e a teoria das vantagens comparativas garante a eficácia do mercado mundial. Essas são as premissas centrais da teoria ortodoxa usadas pelos organismos internacionais quando impõem medidas aos países em desenvolvimento, segundo Valle Baeza (2002, p. 110). Dessa forma, continua ele, se a razão do desemprego e dos baixos salários era a falta de concorrência então a solução imposta era adequada, "como certos pais fazem com seus filhos quando os obrigam a tomar um remédio amargo à força, mas para seu próprio bem".

Ocorre, entretanto, que os resultados após dez anos das reformas não podem ser considerados alentadores. O crescimento nos anos 1990, embora superiores aos dos anos 1980, mas estão muito abaixo dos 30 anos entre 1950 e 1980. As exportações cresceram, mas as importações cresceram ainda mais, ou seja, os déficits comerciais cresceram. O investimento e a produtividade melhoraram mas não são espetaculares. Além disso a qualidade e a quantidade dos empregos pioraram e a desigualdade piorou ligeiramente (VALLE BAEZA, 2002. p. 111).

A participação dos salários no PIB cai da média de 37% entre 1970 e 1982 para 31% entre 1983 e 2005. Isso é fruto dos programas neoliberais de estabilização e mudanças estruturais que por diversas vezes usou a política salarial para baixar a inflação. Além disso, a baixa dos salários não conduziu ao aumento do emprego como reza o "dogma" neoclássico. (CALVA, 2006-a).

Valle Baeza (2002, p. 111) cita J. Weeks<sup>13</sup>:

A maioria dos trabalhadores de quase todos os países da América Latina analisada não compartilhou os benefícios do crescimento econômico, nem no que tange a redução do desemprego, nem tampouco no aumento dos salários reais. Trata-se de uma questão de simetria entre o capital e o trabalho. Em toda a região, o capital gozou de liberdade para organizar-se em associações, empregar seus recursos para influir em política governamentais e, por possuir meios informativos, expor seus pontos de vista ao público. Ao mesmo tempo, por outro lado, têm minguado na região os direitos básicos dos trabalhadores: o direito de formar sindicatos, o direito de não ser objeto de intimidação por filiar-se a um sindicato, o direito de eleger representantes através de processos democráticos, o direito dos representantes de negociar com os empregadores tanto do setor privado como do setor público e a exigência de que os empregadores participem de boa fé no processo de negociação.

Uma das principais críticas de Valle Baeza (2002, p. 115) à ortodoxia é que as perguntas que interessam ao México são muito diferentes daquelas que são feitas nas pesquisas dos países centrais. Nessa visão combate-se o desemprego abrindo unilateralmente a economia, sem se levar em conta os problemas que surgem, por exemplo pelo custo mais alto de acumulação nos países atrasados. Ao contrário, Valle Baeza (2002, p. 116) crê que o desemprego é resultado da concorrência nessas condições de atraso. Além disso ele afirma que : "Uma visão heterodoxa genuína, em um país atrasado, deve considerar, a possibilidade de que os custos capitalistas de sair do atraso possam ser excessivos."

Não se pode afirmar que a precariedade da situação do trabalho no México e na América Latina seja recente, a própria Cepal já mencionava o fato nos anos 1950, afirma Valle Baeza (2004-a). A produtividade baixa era a explicação e o impulso para a abertura do mercado dos anos 1990 foi visto como a única solução. Para ele, no entanto aumentou-se a flexibilidade do trabalho para facilitar a dispensa de trabalhadores e eliminar seus benefícios. Enquanto que 770 mil mexicanos trabalhavam nos EUA em 1970, esse número alcançou 9 milhões em 2000, complementa ele. Valle Baeza (2004-b) identifica a precarização do trabalho com a queda da taxa de lucro já que é da natureza da acumulação capitalista exigir o aumento da taxa de mais-valia nessas situações.

---

<sup>13</sup> Weeks J., Salarios, empleo y derechos de los trabajadores en América Latina entre 1970 y 1998. Revista Internacional del Trabajo, Volume 118, Number 2, 1999, pp. 169-188(20). International Labour Organization



A necessidade de arriscar-se cruzando a fronteira norte é cada vez maior porque a situação dos trabalhadores piorou nos últimos 20 anos (VALLE BAEZA, 2003). Em termos reais, o salário mínimo de 2003 era um terço do salário de 1980. O salário mínimo médio no México, que foi de cerca de 4 dólares por dia em 2003, é dez vezes menor que o salário mínimo nos EUA. De uma força de trabalho de 41 milhões de trabalhadores, cerca de 13,5 milhões eram trabalhadores autônomos, o que indica que um terço dos trabalhadores está fora da esfera de exploração capitalista. "A incapacidade do capitalismo para estender sua exploração a toda mão de obra disponível, contribui para que a existência dos trabalhadores se precarize, especialmente quando a economia estanca, tal como tem ocorrido no México nos últimos vinte anos." (VALLE BAEZA, 2003)

Os graves problemas mexicanos têm colocado as elites em dúvida sobre os benefícios do mercado, de modo a novamente se aventar a hipótese de medidas keynesianas, ainda que a ultradireita queira aprofundar as reformas, pretensamente para combater a pobreza, afirma Valle Baeza (2004-a). Há, no entanto, o socialismo democrático como uma terceira via que pode ser a solução para a maioria da população, complementa.

"Enquanto a ideologia dominante nos diz que a precarização do trabalho é resultado das conquistas passadas dos trabalhadores, as visões intermediárias, como a Cepalina, ajudam a criar a ilusão de que o capitalismo é reformável", afirma Valle Baeza (2002, p. 116). Ele complementa que o capitalismo cria problemas que são insolúveis dentro do marco capitalista e que as necessidades de acumulação capitalista impedem a possibilidade técnica de um bem estar material para a humanidade.

Para reconquistar taxas mais altas de lucros, que se constituem no verdadeiro motivo da produção capitalista, as economias industrializadas apressaram-se em: diminuir impostos sobre o capital, diminuir os salários e os benefícios dos trabalhadores, diminuir o déficit dos governos para liberar crédito às empresas e diminuir seus impostos e, por último, criar facilidades para a mobilidade do capital produtivo, afirma Valle Baeza (2000, p. 6-7). Os tratados de livre comércio são, em sua opinião, a forma de atacar este último ponto sobre o aumento da mobilidade para os capitais.

A economia mexicana foi mais estável do que as economias do Canadá e dos EUA durante várias décadas. As dificuldades do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 obrigaram, entretanto, o México a seguir as políticas do FMI. Aqui, se insere, para Valle Baeza (2000, p. 12-13), a chave da estratégia neoliberal para recuperar a trilha da

expansão capitalista: controlar o déficit público, conter os salários e abrir a economia ao comércio exterior.

A abertura da economia mexicana à concorrência foi acordada entre os organismos financeiros internacionais, os governantes mexicanos e a burguesia instalada no México, afirma Valle Baeza (2000. p. 13-16). Dessa maneira, a impossibilidade de o capitalismo mexicano continuar se expandindo, em conjunção, com os fatores internacionais, impulsionam as políticas neoliberais dos anos 1980, acrescenta ele. Portanto, conclui, o "TLCAN é mais do que a liberalização do comércio norte-americano, é um marco que contempla as necessidades do capitalismo desenvolvido representado pelos EUA".

Mais de 20 milhões de mexicanos atravessaram a fronteira para a pobreza e a indigência e mais de 6 milhões de homens trabalhadores mexicanos atravessaram as fronteiras dos EUA, durante os 23 anos de "experimentação neoliberal". Simultaneamente linhas inteiras de cadeias produtivas foram destruídas ou tornaram-se maquiadoras, como uma economia de enclave. Estes são os frutos de uma abertura comercial abrupta e indiscriminada, da manutenção do peso sobrevalorizado e da ausência de políticas ativas de fomento, argumenta Calva (2005).

Para Calva (2006-b), o México tem de livrar-se dos dogmas do Consenso de Washington e voltar a crescer 6,1%, em média ao ano, como fez entre 1934 e 1982. Para isso é necessário: 1) Poder lançar mão de políticas macroeconômicas anticíclicas para diminuir a volatilidade do crescimento e do emprego; 2) Aplicar políticas de fomento econômico gerais e setoriais; 3) Aplicar políticas educativas de desenvolvimento científico e técnico; 4) Garantir a cobertura universal para a saúde, seguridade social, moradia, etc. e 5) Aplicar programas sociais e de fomento microeconômico e microrregional.

Para Calva (2006), um dos economistas vinculados ao Partido de la Revolución Democrática de López Obrador, em 23 anos de experimento neoliberal a economia mexicana teve repetidos ciclos de crescimento e parada. O PIB per capita médio cresceu somente 0,4% ao ano. O programa de Carlos Salinas, o Pacto de Solidariedade Económica, importava-se somente com a queda da inflação, tratando-se assim da prática de políticas monetárias restritivas, deste momento terminou por vir a autonomia do Banco Central. A visão de estabilidade econômica precisa contemplar o pleno emprego, e portanto não deve haver subutilização da capacidade instalada; deve-se considerar o equilíbrio externo sustentável no longo prazo; o crescimento econômico e o emprego, além de levar em conta a inflação e o balanço fiscal. "É mais importante a economia

real e o emprego, do que qualquer compromisso, qualquer fetiche de uma certa meta de equilíbrio fiscal."

A apreciação cambial impõe perda de competitividade nos mercados internacionais e a destruição de cadeias produtivas pelo aumento das importações.

Do lado do emprego, ele ressalta que o México aproveita menos da metade de sua força de trabalho e isso é, na verdade, um desperdício de riqueza.

Sua opinião é que a indústria maquiadora é um enclave, em que não há de fato um comércio mas sim transações intrafirmas. Uma boa alternativa deve considerar políticas de fomento que ampliem e melhorem a infraestrutura que pesa contra a competitividade da economia mexicana.

Ramirez de la O (2006-a), economista da equipe de Obrador, entende que o México hoje "exporta pessoas e não produtos", o que é causa de constante atrito com os EUA. por isso o enfoque da proposta de Obrador é reduzir o gasto do governo para poder investir prioritariamente em programas sociais, em infraestrutura e em energia. O México tem ingressos de 20 bilhões de dólares por ano de remessa de mexicanos no exterior para suas famílias e de mais 30 bilhões de dólares de exportações de petróleo, afirma Ramirez de la O (2006-b). Ele julga que estes montantes deveriam impulsionar o crescimento e que não conseguem fazê-lo por que tanto o gasto público quanto o gasto privado estão mal distribuídos. A estabilidade conquistada pelo país é uma base sólida mas que a partir da estabilidade tem de se fazer crescer a economia, o emprego e o investimento, acrescenta.

## O pensamento keynesiano

Há dez anos Huerta Gonzáles (1996, p. 17) já escrevia que:

O que dinamiza e orienta o funcionamento de toda economia são seus ritmos de acumulação de capital, e estes não ocorrem em magnitude suficiente para financiar o investimento e cobrir os pagamentos das obrigações financeiras internas e externas existentes, e não se vislumbram perspectivas de que se estejam configurando as bases materiais e financeiras para isto, pelo contrário, a economia depende como nunca da disponibilidade de endividamento externo para cumprir suas necessidades financeiras.

Os recursos que vieram resgatar o México na crise de 1995 foram condicionados ao país seguir a mesma política de liberalização econômica e de estabilidade monetária e cambial que levou o país à crise e que condena a economia mexicana a ajustes recessivos e processos de privatização de grandes proporções para garantir o pagamento

do serviço da dívida, afirma Huerta Gonzáles (1996, p. 3-5). Ele acrescenta que os arquitetos do neoliberalismo "abrem a casa", no sentido de liberalizar o comércio e as finanças, mas colocam uma importância central no controle monetário e ao papel regulatório do Banco Central quase comparável à "um escritório de planificação central em um estado socialista".

A economia mexicana hoje apresenta as seguintes características: tem menos indústrias, tem menos poupança e financiamento internos, tem maior endividamento interno e externo, tem maior desemprego e pobreza, tem maior dependência da entrada de capitais e tem menos controle sobre os ativos e empresas localizadas no país. Por essas razões Huerta Gonzáles (2004, p. 233) afirma que o México tem hoje maiores problemas do que nos anos 1980, tendo sofrido por mais de 20 anos com o predomínio das políticas de livre mercado de economia aberta.

A chave para o crescimento de 1940 até os anos 1970 foi o mercado interno, que hoje é débil por resultado de políticas restritivas, por ser abastecido por importações e pela apreciação da taxa de câmbio, afirma Huerta Gonzáles (2004, P. 240). Dessa forma a receita das empresas tende a ficar abaixo dos custos das dívidas.

Huerta González (2006, p. 156-157) identifica, no contexto do comércio internacional atual, mercados muito competitivos para os produtos de baixo valor agregado e intensivos em mão-de-obra. Dessa maneira, um país em desenvolvimento de baixa competitividade e com taxa de câmbio apreciada tem pouca chance de gerar superávits, aumentar os lucros e, assim, gerar efeitos multiplicadores pela economia doméstica. A experiência mexicana demonstra. acrescenta ele, que as exportações cresceram fortemente nos anos 1990 e, ainda assim, isto não significou um crescimento generalizado para a economia mexicana. Na verdade, a economia mexicana se desindustrializou e aumentou sua vulnerabilidade externa pelo alto nível de componentes importados que predomina nas suas exportações. Para ele, os países de baixa competitividade não logram melhorar a condição financeira das empresas nacionais e alcançar um crescimento sustentado através de um crescimento para fora. Nestes países "o comércio exterior não pode se constituir em motor do crescimento".

Ele propõe que se rediscuta a política de abertura econômica para, junto com a revisão das políticas monetária e fiscal, se recupere o financiamento do investimento e a economia possa voltar-se novamente para o mercado interno (HUERTA GONZÁLES, 2004, p. 256).

Não há nenhuma vantagem em se baixar a inflação se não se pode incrementar o crédito e o gasto público para dar dinamismo ao mercado interno. No estado atual, o

gasto público deficitário é a única forma de aumentar os lucros das empresas, melhorar as condições financeiras e retomar o crescimento econômico. Esse dinamismo e a busca do pleno emprego não podem ser deixados às livres forças do mercado, acrescenta Huerta Gonzáles (2004, p. 254 e 259-260).

A taxa de juros não é necessariamente relacionada com o déficit público com afirmam os neoclássicos, pois se os investidores não vêem opções melhores aceitarão taxas menores e comprarão títulos do governo. Além disso, se imaginam que haverá crescimento econômico buscarão lucrar com ele, acrescenta Huerta Gonzáles (2004, p. 274-277). O maior favorecido pela política do Banco Central é o capital financeiro internacional, e portanto se deve abandonar essa política para se ater às necessidades financeiras do setor privado produtivo.

A política econômica precisa ser focada na criação de condições para que o resultado das empresas supere os juros e, assim, o investimento seja estimulado e para assegurar a capacidade de pagamento dos créditos pelas empresas. A demanda e a oferta por crédito aumentarão para crescer o investimento e a atividade econômica (HUERTA GONZÁLES, 2004, p. 279).

Num ambiente de liberdade aos movimentos financeiros e, ao mesmo tempo, de grandes necessidades de capitais não se pode flexibilizar a política monetária por que uma queda da taxa de juro provocará uma fuga de capitais, já que não há opções interessantes de investimento, assevera Huerta González (2004, p.281). Ele acrescenta que para sair da estagnação que essa política provocou, e recuperar o manejo soberano da política econômica, é preciso deixar de depender da entrada de capitais e reduzir a vulnerabilidade que se origina da livre mobilidade. Ele cita Steindl<sup>14</sup>, que afirma não ser possível para um país ter uma política autônoma ditada para os próprios interesses se não se tem controle sobre os movimento de capitais. Huerta Gonzáles (2004, p. 296) conclui que "É necessário renegociar, reestruturar e reduzir o pagamento da dívida externa para diminuir as pressões sobre o setor externo e a taxa de juros, assim como sobre as finanças do setor público e do setor privado."

Do lado dos salários, Huerta Gonzáles (2004, p. 287) tem a opinião de que não aconteceu aquilo que os neoclássicos diziam que ia acontecer. Os salários reais caíram e os preços se mantiveram para recuperar as margens que as empresas estavam perdendo com a perda de competitividade pelo câmbio apreciado e por sua baixa produtividade. Num ambiente de maior concorrência, as empresas reduzem os salários tentando resolver sua baixa competitividade. Dessa maneira os salários se mantêm abaixo do

---

<sup>14</sup> Steindl J., 1990, "Stagnation Theory and Stagnation Policy", Economic Paper 1941-1988. Macmillan.

crescimento da produtividade na indústria, na tentativa de manter os lucros. Todavia, o efeito sobre a demanda interna, que tem a queda dos salários, se volta contra as próprias empresas, dificultando a dinâmica da acumulação capitalista. A empresa perde ainda mais competitividade e acaba por perder parte do mercado interno para importações, levando a economia a um caminho de estagnação, afirma Huerta González (2006, p. 155).

Huerta Gonzáles (2004, p. 298) lembra que Papdimitriou e Randall Wray<sup>15</sup> dizem que "a melhor economia não é aquela que se abandona à mercê do mercado não regulado. Nossa segurança nacional e individual não se deixa à mercê da busca do lucro máximo". Ele termina por afirmar que para recuperar o crescimento econômico o Estado tem que estar presente mas de forma diferente da que tem estado até hoje.

### **Considerações finais**

Bradford DeLong (2006) da Universidade da Califórnia em Berkeley, avalia que a população mexicana não está melhor hoje do que estava há 15 anos. As deficiências apontadas pela OCDE são: poucos anos de escolaridade, trabalhadores jovens que não superam o nível de escolaridade dos antigos trabalhadores, pouco treinamento nos empregos, burocracia pesada, juízes e polícia corruptos, alta criminalidade e um largo setor informal de baixa produtividade. Essas deficiências não seriam suficientes comprometer os potentes benefícios das políticas neoliberais e as enormes vantagens comparativas geográficas do México, acredita ele.

O argumento neoliberal de que o país estaria pior sem o TLCAN, pode não ser verdadeiro. Afirma ele: "Tendo testemunhado o lento crescimento mexicano nos últimos 15 anos, não podemos mais repetir o velho mantra de que a estrada neoliberal do TLCAN e suas reformas é clara e obviamente a estrada correta".

O que mais se evidencia é que mesmo tendo dado largos passos em direção a um modelo de gestão da economia tido como "moderno e eficiente", o México padece de problemas que se assemelham bastante com os de outros países como o Brasil. Esse fato parece indicar uma crescente necessidade de se reavaliar o modelo de política econômica adotado, considerando que o que se busca é um maior desenvolvimento com menor pobreza e maior igualdade.

---

<sup>15</sup> Papdimitriou, D.; Wray, Randall (2001). "Are we all Keynesians (again)?", em Policy Notes, The Levy Economics Institute, Outubro.

## Referências Bibliográficas

ALBA, Francisco. **El Tratado de Libre Comercio, la migración y las políticas migratorias**. In. CASARES, Enrique R.; SOBARZO, Horacio (Organizadores). Diez años del TLCAN en México. Una perspectiva analítica. México, Fondo de Cultura Económica, 2004. 331 p.

ASPE A., Pedro. **El camino mexicano de la transformación económica**. México, Fondo de Cultura Económica, 1993. 215 p.

ASPE A., Pedro. **Entrevista a Manuel Suárez Mier**. El economista, Maio de 2004. Disponível em: <http://www.economista.com.mx/>, acesso em 20 de maio de 2006.

BAZDRESCH Parada, Carlos; MAYER Foulkas, David. **Hacia un consenso para el crecimiento económico de México**. Economía Unam, volume 3, número 8, Maio-Agosto 2006. Disponível em <http://www.ejournal.unam.mx/ecunam/ecunam8/ecunam0803.pdf>, acesso em 16 de julho de 2006

CALDERÓN, Felipe (2005). **El Reto de México**. Programa da campanha presidencial de 2006 do Partido Acción Nacional. Disponível em: <http://www.felipe-calderon.org/fc/html/index.htm>, acesso em 20 de maio de 2006.

CALVA, José Luis. **Reencuentro nacional**. Instituto Nacional de Estudios Politicos, 2005, disponível em <http://www.inep.org/content/view/3845/170/> , acesso em 25 de Julho de 2006.

CALVA, José Luis. **El antidesarrollo neoliberal**. Revista Coyuntura, no. 132, Março-Abril 2006, disponível em <http://www.prd.org.mx/ierd/coy132/JLC1.htm>, acesso em 25 de Julho de 2006.

CALVA, José Luis. **Economía de la Inequidad**. El Universal, Março de 2006(a), disponível em <http://www.eluniversal.com.mx/editoriales/33784.html>, acesso em 25 de Julho de 2006.

CALVA, José Luis. **Escenarios económicos 2006-2025**. El Universal, Março de 2006 (b), disponível em <http://www.eluniversal.com.mx/editoriales/33917.html>, acesso em 25 de Julho de 2006.

CLAVIJO, Fernando; VALDIVIESO, Susana. **Reformas Estructurales y Política Macroeconómica**. In. CLAVIJO, Fernando (Organizador). Reformas económicas en México, 1982-1999. México, Fondo de Cultura Económica, Cepal e E.A.E., 2000. 585 p.

CRUZ Vasconcelos, Gerardo; CONTRERAS Varela, Mauro Gil; VALLES Arellano, Yearim. **México: Reformas Estructurales y Crecimineto de Largo Plazo**. Centro de Análisis e Difusion Económica, Documento de Investigación No. 16, Abril 2000. Disponível em <http://www.cade.org.mx>, acesso em 15 de Julho de 2006

DÁVILA, Enrique; KESSEL, Georgina; LEVY, Santiago. **El Sur También Existe: Un Ensayo sobre el Desarrollo Regional de México** (2000). In. LEVY, Santiago

(Organizador). Ensayos sobre el desarrollo económico y social de México. México, Fondo de Cultura Económica, 2004. 765 p.

DELONG, J. Bradford. **Has Neo-Liberalism Failed Mexico?** Disponível em <<http://www.project-syndicate.org/commentary/delong51>>. Acesso em 10 de Outubro de 2006.

ESQUIVEL, Gerardo et al. (2002) **Why NAFTA Did Not Reach the South**. Disponível em <http://www.worldbank.org>, acesso em 18 de julho de 2006

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **O "efeito tequila", suas origens e seu alcance contagioso**. In. FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany (Organizadores). Os Fluxos Financeiros na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. 284 p.

HANSON, Gordon H. Globalization, **Labor Income and Poverty in Mexico**. National Bureau of Economic Research, Working Paper no. 11027, Janeiro de 2005. Disponível em <http://www.nber.org/w11027>, acesso em 20 de julho de 2006.

HANSON, Gordon H. Globalization, **What has happened to wages in Mexico since NAFTA?** Implications for Hemispheric free trade. National Bureau of Economic Research, Working Paper no. 9563, Março de 2003. Disponível em <http://www.nber.org/w11027>, acesso em 20 de julho de 2006.

HERNÁNDEZ TRILLO, Fausto. **La economía de la deuda**. Lecciones desde México. México, Fondo de Cultura Económica, 2003. 352 p.

HUERTA Gonzáles, Arturo. **La Economía Política del Estancamiento**. México D. F., Editora Diana, 2004. 311 p

HUERTA Gonzáles, Arturo. **La Economía Mexicana: una encrucijada sin salida**. Campinas, Seminário Internacional Macroeconomia Ante a Globalização, setembro de 1996, xerox, 23 p.

HUERTA Gonzáles, Arturo. **Alternativas de política económica para el crecimiento sostenido**. Economía Unam, Volume 03 no. 7, Janeiro-Abril 2006. Disponível em: <http://www.economia.unam.mx/publicaciones/econunam/pdfs/07/09ArturoHuerta.pdf>. acesso em 25 de julho de 2006.

LUNA Martínez, Sergio. GONZÁLEZ Nolasco, Eduardo. **Libre comercio y convergencia. La macroeconomía del TLCAN**. In. CASARES, Enrique R.; SOBARZO, Horácio (Organizadores). Diez años del TLCAN en México. Una perspectiva analítica. México, Fondo de Cultura Económica, 2004. 331 p.

OCDE. **Estudios Económicos - Mexico 2005**. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/42/30/35338767.pdf>. Acesso em: 15 de Julho de 2006 2005.

RAMIREZ de la O, Rogelio (2006-a). **México exporta personas, no productos**. Trechos do programa La Otra visión. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/327517.html>. Acesso em 15 de junho de 2006.



RAMIREZ de la O, Rogelio (2006-b). **Expectativas en 2006**. Artigo em El Universal. Disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/editoriales/32932.html>. Acesso em 15 de junho de 2006.

TORNELL, Aaron; WESTERMANN, Frank; MARTINEZ, Lorenza. **Nafta and México's less-than-stellar performance**. National Bureau of Economic Research, Working Paper no. 10289, fevereiro de 2004. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w10289>, acesso em 15 de julho de 2006.

VALLE Baeza, Alejandro. **Problemas de Empleo en América Latina**. Política y Cultura, Universidad Autónoma Metropolitana, volume 00, número 017, 2002. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/267/26701706.pdf>, acesso em 12 de Junho de 2006.

VALLE Baeza, Alejandro. **La situación de los trabajadores mexicanos**. Rebelión, Março de 2004-a. Disponível em <http://www.rebelion.org/economia/040513av.htm>, acesso em 12 de Junho de 2006.

VALLE Baeza, Alejandro. **El tratado de libre comercio: un paso más en la integración económica capitalista de Norteamérica**. In. Maya, Carlos (editor) Del Fin del Milagro al Fin del Milenio. UNAM-UAS-Plaza y Valdés, México. 2000, pp. 175-199. Disponível em <http://usuarios.lycos.es/ValleBaeza/TLC.pdf>, acesso em 25 de Julho de 2006.

VALLE Baeza, Alejandro. **Precarización; purgatorio o infierno?** Rebelión, Março de 2004-b. Disponível em <http://www.ucm.es/info/eurotheo/materiales/hismat/avallebaeza.pdf>

VALLE Baeza, Alejandro. **Empleo y salarios, su caída**. 2003 (?). Disponível em <http://www.prd.org.mx/ierd/coy121/avb1.htm>, acesso em 12 de Junho de 2006.

ZAMUDIO, Andrés. **El TLCAN y la remuneración al trabajo calificado**. In. CASARES, Enrique R.; SOBARZO, Horacio (Orgs.). Diez años del TLCAN en México. Una perspectiva analítica. México, Fondo de Cultura Económica, 2004. 331 p.